

## Rodrigo Jordão Dias

---

**De:** sei-selita  
**Enviado em:** segunda-feira, 18 de outubro de 2021 18:45  
**Para:** 'licitação já'  
**Cc:** sei-selita  
**Assunto:** RES: Solicitação de esclarecimentos do PE Nº 35/2021 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL-CJF

Prezado (a), boa noite!

Seguem as respostas ao pedido de esclarecimento do PE 35/2021 – UASG 90026:

1. Entendemos que as empresas licitantes podem participar do certame com CNPJ matriz ou filial e que todos os documentos de habilitação devem estar vinculados a esse mesmo CNPJ. Porém, os atestados técnicos e os documentos como: balanço patrimonial, índices contábeis, certificado de regularidade do FGTS, certidão negativa federal (certidão da dívida ativa da União Federal), CNDT, podem ser emitidos no nome da matriz, mesmo que a licitante participe com a filial, uma vez que são documentos que comprovam recolhimento centralizado. Está correto o nosso entendimento?

Os documentos de habilitação deverão constar no CNPJ da empresa que efetivamente participar do processo licitatório.

Em se tratando de filial, seguir conforme Clausula X – itens 10.1 e 10.1.1 do instrumento convocatório:

*“10.1 Os documentos para habilitação encontram-se listados a seguir e deverão ser encaminhados juntamente com a proposta:*

*10.1.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.”*

2. Os lances deverão ser fornecidos considerando o valor unitário do item? O valor global do item? Ou o valor global da soma dos itens?

Conforme item 9.6 do instrumento convocatório, este pregão terá como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, ou seja, considera-se a soma dos itens (Valor Global) para efeito de julgamento.

Todavia, **a licitante deve cadastrar, em sua proposta, o valor discriminado para cada item do objeto**, descrito detalhadamente na cláusula II do edital, de modo que a soma dos itens resulte no preço global.

3. Entendemos que não há necessidade de enviar planilha de custo e formação de preço em anexo a proposta inicial a ser cadastrada no sistema. A planilha de custo e formação de preço somente deverá ser enviada em anexo a proposta de preço ajustada. Está correto nosso entendimento?

Não está correto o entendimento.

A planilha de custos e de formulação de preços **deve compor a proposta inicial**, conforme item 6.3 do instrumento convocatório:

*“A licitante deverá, na elaboração de sua proposta, obedecer ao descrito no Módulo I – Termo de Referência, preenchendo **TODAS as planilhas** constantes do Módulo II – Planilhas de formação de preços, em arquivo único, devendo observar: (...)”*

4. Qual a empresa atualmente presta o serviço licitado?

GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA  
(CNPJ: 12.130.013/0001-64)

5. Entendemos que as empresas cuja atividade principal é beneficiária da desoneração da folha poderão utilizar-se desta na confecção do seu preço, pois está é a sua realidade tributária. Está correto nosso entendimento? Entendemos que em caso de término da desoneração, as empresas que atualmente se beneficiam desse regime poderão solicitar reajuste de contrato com base no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93 e art. 103, § 5º, inciso II, da Lei 14.133/2021. Está correto o entendimento?

Resposta à primeira pergunta:

Consoante item 6.16 do instrumento convocatório, tal enquadramento deverá ser comprovado, e será analisado na seleção do fornecedor conforme o caso concreto:

*“6.16 Caso a licitante seja beneficiária do regime substitutivo da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento, deverá apresentar declaração, conforme modelo do Anexo III da Instrução Normativa RFB n. 1.436/2013, bem como comprovante de recolhimento do DARF do mês de fevereiro do ano corrente, que comprove a opção do pagamento via CPRB. Não obstante, deverá incluir, dentro o módulo de tributação, percentual relativo à CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Sobre a Receita Bruta – a CPRB.”*

Resposta à segunda pergunta:

Em tese, o entendimento não está correto.

Preliminarmente, a título de esclarecimento, este processo licitatório reger-se-á pela lei 8.666/93, e não pela 14.133/2021.

Ademais, considera-se para esta licitação o critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL. Sendo assim, na ocorrência da extinção da condição de desonerada para o ramo de sua atividade principal, a empresa vencedora poderá solicitar a recomposição dos custos da planilha, porém, não poderá ultrapassar o menor preço global, sob o risco de prejudicar o critério de julgamento previamente estabelecido.

6. Entendemos que, como serviços poderá ser prestado em qualquer lugar do Brasil, o treinamento inicial será online. Está correto o entendimento?

Não está correto o entendimento.

Consoante edital e Anexo I do Termo de Referência, **os serviços serão prestados presencialmente** nas dependências do edifício-sede do CONTRATANTE ou, excepcionalmente, nas dependências do edifício da Gráfica, nos casos em que o CJF julgar conveniente, **com exceção do serviço de suporte remoto.**

**O serviço de suporte remoto deverá ser prestado nas dependências do CJF, apenas nos 3 (três) primeiros meses contados a partir do início da prestação dos serviços, para absorção do conhecimento dos processos de trabalho do CJF, sendo que após este período, o serviço deverá ser prestado fora das dependências do CJF.**

7. Sabendo que haverá reajuste do salário mínimo em janeiro de 2022, entendemos que os licitantes já deverão prever em seus preços o valor do salário mínimo reajustado. Está correto o entendimento?

Não está correto o entendimento.

Conforme item 6.4 do edital e Termo de Referência anexo, A Planilha “Estimativa de Custo e Formação de Preços” deverá ser preenchida indicando os preços unitários mensais do profissional alocado e o preço global proposto pela licitante, de modo a comprovar a exequibilidade de sua proposta, observada a remuneração salarial atinente a cada posto de trabalho **(Verificar os salários indicados no Termo de Referência).**

**Ademais, tem-se que a forma de reequilíbrio contratual não se vincula ao salário mínimo, mas por meio do instituto da repactuação, de acordo com as condições previstas na Minuta de Contrato, Módulo IV, do edital.**

8. Há a possibilidade de o serviço ser prestado na modalidade home office?

**Consoante resposta da pergunta 6.**

Atenciosamente,

**De:** licitação já <licitajah@gmail.com>

**Enviada em:** sexta-feira, 15 de outubro de 2021 10:39

**Para:** sei-selita <sei-selita@cjf.jus.br>

**Assunto:** Solicitação de esclarecimentos do PE Nº 35/2021 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL-CJF

Bom dia, seguem os questionamentos:

1. Entendemos que as empresas licitantes podem participar do certame com CNPJ matriz ou filial e que todos os documentos de habilitação devem estar vinculados a esse mesmo CNPJ. Porém, os atestados técnicos e os documentos como: balanço patrimonial, índices contábeis, certificado de regularidade do FGTS, certidão negativa federal (certidão da dívida ativa da União Federal), CNDT, podem ser emitidos no nome da matriz, mesmo que a licitante participe com a filial, uma vez que são documentos que comprovam recolhimento centralizado. Está correto o nosso entendimento?
2. Os lances deverão ser fornecidos considerando o valor unitário do item? O valor global do item? Ou o valor global da soma dos itens?
3. Entendemos que não há necessidade de enviar planilha de custo e formação de preço em anexo a proposta inicial a ser cadastrada no sistema. A planilha de custo e formação de preço somente deverá ser enviada em anexo a proposta de preço ajustada. Está correto nosso entendimento?
4. Qual a empresa atualmente presta o serviço licitado?
5. Entendemos que as empresas cuja atividade principal é beneficiária da desoneração da folha poderão utilizar-se desta na confecção do seu preço, pois está é a sua realidade tributária. Está correto nosso entendimento? Entendemos que em caso de término da desoneração, as empresas que atualmente se beneficiam desse regime poderão solicitar reajuste de contrato com base no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93 e art. 103, § 5º, inciso II, da Lei 14.133/2021. Está correto o entendimento?

6. Entendemos que, como serviços poderá ser prestado em qualquer lugar do Brasil, o treinamento inicial será online.

Está correto o entendimento?

7. Sabendo que haverá reajuste do salário mínimo em janeiro de 2022, entendemos que os licitantes já deverão prever em seus preços o valor do salário mínimo reajustado. Está correto o entendimento?

8. Há a possibilidade de o serviço ser prestado na modalidade home office?